AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL

Luena Nascimento Nunes Pereira[1]

Thais Teixeira Aguiar[2]

DOI: https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v5i2.38984

Resumo: Este artigo dedica-se a discutir a representação das religiões de matriz africana na literatura infanto-juvenil. Partimos do caso de discriminação que ocorreu no ano de 2018 em uma escola municipal envolvendo o livro indicado pelo MEC *Omo-Obá: Histórias de Princesas Africanas*, de Kiusam de Oliveira, para discutir sobre a forma polêmica como esta literatura é abordada nas escolas. Depois, discutimos o conceito de *racismo religioso* para tratar de modo mais geral das formas contemporâneas de discriminação dos afro-religiosos e, por fim, analisamos 4 livros de literatura infanto-juvenil que tratam de diferentes temáticas relativas às religiões de matriz africana.

Palavras-chave: Literatura Infanto-juvenil. Literatura Negra. Religião de Matriz africana. Racismo Religioso.

Resumen: Este artículo está dedicado a discutir la representación de las religiones de matriz africana en la literatura infantil. Partimos del caso de discriminación ocurrido en 2018 en una escuela municipal que involucra el libro recomendado por el MEC Omo-Obá: Historias de princesas africanas de Kiusam de Oliveira, para discutir la polémica forma en que se aborda esta literatura en las escuelas. Posteriormente, discutimos el concepto de racismo religioso para abordar de manera más general las formas contemporáneas de discriminación contra las personas afro-religiosas y, finalmente, analizamos 4 libros de literatura infantil que abordan diferentes formas de temas relacionados con las religiones de origen africano.

Palabras clave: Literatura Infantil. Literatura Negra. Religión de Origen Africano. Racismo Religioso.

Introdução

A lei 10.639/03, que obriga o ensino da história e culturas africanas e afro-brasileiras em todo o ensino básico, teve como um de seus efeitos um rápido desenvolvimento do mercado editorial voltado para suprir a demanda pela temática

[1] Doutora em Antropologia, Professora Associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: luena.ufrrj@gmail.com

[2] Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: thais.t.aguiar@gmail.com

étnico-racial. Especificamente, a emergência de uma literatura infanto-juvenil que aborda, de diversas formas, temáticas étnico-raciais foi bastante prolífera, chegando a centenas de títulos em pouco mais de dez anos. Muitos destes livros têm sido indicados para compor listas de compras do governo ou são adotados por professores para a abordagem da temática étnico-racial no espaço escolar. Os livros dedicados à temática afro-religiosa, entretanto, têm sofrido uma resistência específica quando utilizados em sala de aula.

Este artigo dedica-se a analisar a produção de livros infanto-juvenis que abordam a temática da "religião", notadamente das religiões de matriz africana. Escolhemos quatro livros para análise, com a intenção de discorrer sobre como cada um deles representa as religiões de matriz africana em suas histórias e de que forma essas representações mostram um olhar positivo sobre essas religiões – se eles buscavam fazê-lo através da crítica direta à discriminação, do lúdico, ou recorrendo ao didatismo.

Desenvolvemos a discussão sobre os livros a partir do caso de discriminação que ocorreu em uma escola do estado do Rio de Janeiro envolvendo a obra *Omo-Obá: Histórias de Princesas Africanas*, de Kiusam de Oliveira. Discorreremos sobre a literatura infanto-juvenil com temática étnico-racial e sua abordagem nas escolas, e como entre as diferentes temáticas abordadas em salas de aula, aquelas que representam as religiões afro-brasileiras acabam ficando de fora. Desse modo, será necessário também discutir os termos *intolerância religiosa* e *racismo religioso*, já que alguns autores defendem que o primeiro termo não consegue explicar essa forma de discriminação. Por fim, analisaremos detidamente os livros escolhidos. Buscamos, dessa forma, pensar como se produz a representação das religiões afro-brasileiras nessas obras.

Este trabalho é parte do projeto de pesquisa "Literatura Infanto-Juvenil Afro-Brasileira: novas narrativas" [3]. A pesquisa tem por objetivo analisar a produção literária infanto-juvenil com temática afro-brasileira após a promulgação da lei 10.639/03. O foco era discutir o impacto das políticas de ações afirmativas sobre a produção dessas obras, na perspectiva da lei 10.639/03, sob a hipótese do surgimento de novas narrativas no que tange à história brasileira, às relações raciais e às relações históricas entre África e Brasil (PEREIRA, 2016, p. 432). Um dos objetivos era mapear a formação de um campo "que envolve atores que cruzam a universidade, a militância, as editoras, os espaços escolares,

[3]Esta pesquisa é coordenada pela professora Luena Nascimento Nunes Pereira desde 2014. Ela foi financiada através do edital CNPq Universal entre 2017 e 2020.

ONGs e instituições do Estado que participam na produção de uma nova discursividade sobre o negro no Brasil" (idem, p. 433).

A partir do levantamento das obras de literatura infanto-juvenil com a temática étnico-racial foi possível a montagem de um banco de dados[4]. Ao serem registrados, os títulos foram classificados de acordo com variáveis, como a autoria, ano, ilustração, prêmios, gênero e raça dos autores e ilustradores[5], e classificação por faixa etária (infantis, infanto-juvenis ou juvenis).

Entre os livros que foram adquiridos e puderam ser lidos pela equipe, foram definidas nove variáveis relacionadas a temáticas abordadas. São elas: religião, história e contos afro-brasileiros; mitologia e contos africanos; tradição e ancestralidade; conflito e identidade; estética e autoestima; multietnicidade (relações entre pessoas de distintas origens étnicas ou raciais); história e geografia africana, e manifestações da cultura afro-brasileira. Uma variável específica foi criada para livros com protagonistas negros sem referência a qualquer temática étnico-racial.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, as obras com a temática da religião chamaram nossa atenção, especialmente pela problemática recepção destes livros nas escolas, como discutiremos a seguir.

O caso Omo-Oba

Em março de 2018, Juliana Pereira de Carvalho expôs sua indignação na rede social *Facebook* acerca de um comunicado enviado pela escola SESI – localizada em Volta Redonda, Rio de Janeiro –, na qual seu filho estudava. A mensagem avisava aos pais sobre a troca do livro *Omo-Oba – Histórias de Princesas Africanas*, de Kiusam de Oliveira por outro título, devido a reclamações de alguns responsáveis.

O livro em questão, que compõe a lista do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), de 2011, é indicado pelo MEC. Trata-se de um livro de princesas. Porém, as princesas são Yabás, ou seja, os orixás femininos. Em entrevista ao *The Intercept Brasil*, que fez uma reportagem sobre o caso, Oliveira explicou que evitou que a obra

[4] Desde 2014, estiveram na equipe desta pesquisa as pesquisadoras de Iniciação Científica Jeronil de Assunção Junior, Isabella Barros, Amanda Sarmento, Talita Aguiar, Ana Caroline do Nascimento Silva e Gabrielly Santiago. A socióloga Andreia Pinto foi responsável pela criação do banco de dados em SPSS.
[5] A variável cor/raça foi feita por heteroidentificação. Quando possível pesquisamos matérias sobre estes autores e ilustradores na busca de uma auto-identificação. Classificamos os autores quanto à cor/raça como "negros" e "não-negros".

tivesse uma conotação religiosa e buscou com ela desmitificar a forma demonizada com que são vistas as Yabás, que, de acordo com a autora, representam ancestrais.

De acordo com o *Intercept Brasil*[6], a postagem teve grande impacto nas redes sociais, em sua maior parte crítica à troca do livro. Isso resultou na decisão da escola SESI de voltar atrás, manter a obra, prometer utilizar o livro nas 15 unidades da escola no estado, além de promover um debate com os pais. No entanto, como é explicitado na própria reportagem, esta decisão apenas se deu após a má repercussão gerada pela postagem de Juliana Pereira de Carvalho.

Antes da história vir à tona pela postagem de Juliana, outra mãe - cujo nome não foi informado na matéria - também havia se indignado com o mesmo bilhete e exposto sua indignação em redes sociais. No entanto, esta mãe foi apenas chamada a conversar com a pedagoga do colégio, que justificou a troca como uma forma de respeitar a religião dos pais que haviam se incomodado com o uso do título.

De acordo com reportagem presente no site do *Estadão*, a postagem reverberou de forma a chegar à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que deu dez dias para que a escola SESI se explicasse sobre a decisão de retirar o livro da grade escolar[7]. Este encaminhamento teria ocorrido no mesmo dia em que a escola se pronunciou sobre o assunto, no dia 19 de março de 2018.

Devido a este caso, Kiusam de Oliveira decidiu interpelar o MEC[8]. Em um abaixo assinado disponível no site *change.org*, publicado pelo perfil do Coletivo de Entidades Negras - CEN, a autora cobra explicações sobre o cumprimento da lei 10.639/03. O documento pede "informações sobre a dotação orçamentária, programas, ações, metas e indicadores de resultados da implementação" desses artigos nas instituições de ensino público e privado, pede dados sobre seu impacto, principalmente nas aulas de história, literatura e educação artística.

O texto aponta que a Constituição Federal e o ECA prezam pela integridade moral e psíquica de toda criança, que não devem sofrer nenhuma forma de discriminação. São apontados os danos provocados pelo contato que crianças e adolescentes negros são

[6] Ver em <https://theintercept.com/2018/03/20/livro-racismo-escola-sesi/>. Acesso em: 21 de maio de 2020.
[7] Ver em <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/procuradoria-da-10-dias-para-sesi-esclarecer-exclusao-de-historia-de-princesas-negras/ >. Acesso em: 04 de junho de 2020.
[8]Ver em <https://www.change.org/p/cen-brasil-coletivo-de-entidades-negras-m-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profa-kiusam-interpela-mec-sobre-o-ens-da-hist-e-cultura-afro-brasileira?redirect=false>; <<https://www.seculodiario.com.br/educacao/professora-cobra-do-mec-cumprimento-da-lei-de-ensino-de-cultura-afro-brasileira>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2021.

forçados a ter com materiais que depreciam fenótipos, cultura e traços identitários do povo negro. Defende-se que, para além de que a escola não discrimine, é necessário que ela ensine o respeito mútuo entre os diversos grupos étnico-raciais, culturais e religiosos. Daí a importância da efetiva implementação da lei 11.645/08, que substitui a 10.639/03, ao incluir também no rol da legislação a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígenas.

Essa não foi a primeira vez que um livro indicado pelo MEC sofreu censura dentro de um colégio por representar deidades cultuadas pelas religiões de matriz africana/afro-brasileira. Em 2009, uma professora sofreu perseguição dentro de seu ambiente de trabalho e chegou a ser obrigada a deixar as salas de aula por abordar o livro *Lendas de Exu*, de Adilson Martins. Como sugerido por seu nome, a obra traz em suas páginas contos de Exu, orixá que é cultuado em religiões de matriz africana, como o mensageiro entre o mundo espiritual e o terreno e foi associado ao diabo pelo cristianismo. Esta foi a primeira obra baseada em Exu a ser autorizada a abordagem nas escolas, e foi analisada por Marques (2014) em sua dissertação[9].

Os conflitos que decorrem da utilização na escola de livros de literatura infanto-juvenil que visem representar de alguma forma as religiões de matriz afro-brasileira acabam por suscitar uma série de debates sobre esta literatura, a aplicabilidade das leis 10.639 e 11.645 e o racismo religioso. Estas questões irão influenciar na recepção destas obras por educadores, responsáveis ou alunos. Desse modo, iremos discutir o porquê deste incômodo.

A leitura de livros de literatura infanto-juvenil é um recurso didático utilizado nas escolas com diversos fins, principalmente de promoção da leitura entre as crianças e adolescentes. Mas, para além disso, a literatura, segundo Debus (2017), tem o poder de transportar o leitor para um espaço e tempo distantes dos seus, assim permitindo ampliar a visão de mundo do leitor ao fazê-lo "experienciar um viver distante do seu" (idem, 2017, p. 22).

De acordo com Bernd (1988), o texto literário pode contribuir para a desconstrução do discurso hegemônico e, desse modo, os veículos pelos quais uma determinada obra pode ser propagada e reconhecida – jornais, revistas, editoras, livrarias, prêmios ou escolas – impõem dificuldades ao processo de recepção pelo grande público dessas obras que divergem, contestam e denunciam as relações de dominação e os valores

[9]A dissertação conta todo o processo de discriminação da obra e da professora.

que alimentam essas relações. Livros como *Omo-Oba* e *Lendas de Exu* fazem parte do grupo daqueles que buscam romper com valores hegemônicos, ao representar divindades de matriz africana de forma que contraria o estereótipo que as demoniza.

Como afirmado por Gomes (2012), a promulgação da Lei 10.639/03 trouxe certa renovação no que diz respeito aos currículos escolares de forma teórica e prática. Esta lei produziu um grande impacto sobre a literatura infanto-juvenil com temática racial, cuja produção conheceu um *boom* após sua promulgação. Porém, mesmo com um número maior de livros paradidáticos e de literatura infanto-juvenil trazendo temas voltados a relações étnico-raciais e história e cultura africana e afro-brasileira, esses materiais acabam sendo ignorados por muitas escolas. O silêncio identificado por Gonçalves (1985) e do qual fala Gomes (2012) é recorrente, não por falta de conhecimento sobre o assunto, mas por escolha, sendo ele uma das formas pelas quais a discriminação racial se expressa no ambiente escolar.

Com relação ao tema específico das religiões de matriz afro-brasileira, esse silêncio fica evidente no contraste entre a quantidade de materiais didáticos sobre o candomblé e a umbanda e a sua abordagem em sala de aula, como mostra Rachel Bakke (2008).

Racismo religioso, estatísticas e o contexto histórico

A análise de Rosiane Rodrigues Almeida (2019) sobre violência religiosa aponta para vários tipos de discriminações de motivo religioso. Desde xingamentos, assédio e ameaça a lesões corporais, violações do patrimônio e mesmo o assassinato de afro-religiosos. A autora verificou, a partir de ocorrências midiáticas[10], 219 ocorrências entre janeiro de 2008 e dezembro de 2018. Delas, comenta que em 39 das ocorrências midiáticas houve pelo menos um assassinato da vítima de discriminação. De todas as ocorrências encontradas, 40 diziam respeito à violação do patrimônio, sendo que dentre estas 28 se relacionavam patrimônio privado e seis contra o patrimônio público.

De acordo com o site da organização Gênero e Número[11], a maior parte dos casos de intolerância religiosa registrados pelo governo federal se referem a religiões de matriz

[10] Almeida pesquisou a forma de tratamento da imprensa aos casos de violência religiosa e manteve seu foco apenas em casos que apareceram na grande mídia, optando por não trazer aqueles identificados em perfis de redes sociais.

[11] A *Gênero e Número* se apresenta no próprio site enquanto uma organização apartidária que tem por objetivo dar visibilidade e aprofundar dados que somam a discussão acerca da igualdade de gênero a uma

africana. De acordo com os dados recolhidos do Disque 100[12], de 2011 a junho de 2018, 59% dos casos de discriminação registrados são referentes a religiões de matriz africana, "20% a religiões evangélicas, 11% a Espíritas, 8% a católicos, e 2% a ateus", sendo que, em 2018, 72% dos casos de intolerância religiosa se voltavam contra religiões de matriz africana. Outro dado verificado pela organização foi o relativo ao crescimento dos casos: de 15, em 2011, para 537, em 2017.[13]

Em reportagem veiculada no site da *Folha de São Paulo*, com base nos dados do *Relatório de Intolerância Religiosa* patrocinado pela ONG CEAP[14], aponta-se mais de 1000 casos de ataques a templos religiosos e pessoas no Rio de Janeiro no período de abril de 2012 a agosto de 2015, sendo 71% deles direcionados a templos e pessoas de religiões de matriz africana, proporção que, segundo a *Folha*, se reproduz de maneira semelhante nos demais estados do país[15]. É possível afirmar, assim, que as religiões de matriz africana ainda são os maiores alvos entre os casos de agressão chamados de intolerância religiosa.

Além disso, há um problema relacionado à forma com que os agentes do Estado lidam com as denúncias de discriminação religiosa. Apesar da existência da Lei 7.716/89[16], conhecida como Lei Caó, que foi modificada posteriormente pela Lei 9.459/97, passando assim a prever como crime também discriminações quanto à "etnia, religião ou procedência nacional", de acordo com Miranda (2018) agentes do estado ainda tendem a minimizar esses casos.

O mesmo acontece quando a acusação é de racismo. O Poder Judiciário tende a tratá-lo como irrelevante e a deslegitimá-lo, tipificando o crime como injúria ou difamação (CARNEIRO, 1996, p. 61). Ocorre uma tendência parecida com a apontada nesse texto sobre as denúncias de intolerância religiosa: os agentes do estado tendem a individualizar o problema. Ao pesquisarem o emprego da lei em questão, Machado, Lima e Neris (2016) viram que boa parte dos casos encontrados por eles foram classificados com injúria racial ou simples, fora uma grande parte que sequer foi reconhecida como

agenda de direitos. Ver em: <http://www.generonumero.media/institucional/>. Acesso em: 24 de março de 2021.

[12]O Disque 100 é um canal para recebimento de denúncias referentes a violações de direitos humanos, que foi criado em 2011 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República daquele ano.

[13] Ver em <http://www.generonumero.media/terreiros-na-mira/>. Acesso em: 16 de março de 2020.

[14] Centro de Articulação de Populações Marginalizadas.

[15] Ver em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/09/relatos-apontam-proliferacao-de-ataques-as-religioes-afro-brasileiras.shtml>, Acesso em: 18 de março de 2020.

[16] Ver em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm> Acesso em: 11 de março de 2021.

crime, delas era excluído o peso racista de insultos e havia uma tendência a se dissimular a seriedade dele.

O que se verifica em comum entre o caso do livro *Omo-Oba* e tantos outros é o fato de que as denúncias em torno dos casos apenas foram legitimadas pelos agentes do estado após os eventos serem expostos e ganharem repercussão nos meios de comunicação. De acordo com Ana Paula Miranda, a divulgação na mídia e a busca pelas instituições de justiça são utilizadas pelos afrorreligiosos como formas de resposta à intolerância religiosa, tendo eles o objetivo de trazer a público suas demandas por reconhecimento de direitos. Dessa forma, elas funcionam como "estratégias consagradas de ampliar a visibilidade e a legitimidade desses grupos no espaço público" (MIRANDA, 2017, p. 4). Outro ponto a ser ressaltado é o fato de que não há legalmente no Brasil a tipificação "intolerância religiosa", já que o que consta em legislação seria a adição da religião à Lei nº 7.716/1989 (Lei Caó) (idem, 2018, p. 341), mencionada anteriormente.

O pensamento que discrimina as religiões de matriz africana/afro-brasileira criou suas raízes no período colonial e cresceu ao longo dos anos, transformou-se e aderiu a novas formas de se fazer presente de maneira que se adequasse a novos tempos, muitas vezes até mesmo escondendo-se atrás de ditas "boas intenções". Se analisamos três momentos históricos distintos após a colonização, no código penal de 1831 esse pensamento se faz presente nas leis que proibiam diretamente "a magia e seus sortilégios" (SERRA, 2011, p. 16) ou que definiam práticas religiosas que não ofendessem o código moral vigente (MOTA, 2018, p. 27). Atualiza-se, 100 anos depois, por volta de 1940, através da oposição entre a "medicina legal" e os "curandeiros", aparecendo no código penal, dessa vez através dos "crimes contra a saúde pública" (SILVA, 2019, p. 6).

As religiões afro-brasileiras eram tidas como "expressões do primitivismo, da inferioridade e do atraso das populações negras" (MOTA, 2018 p. 28). Um caso expressivo da repulsa generalizada às religiões de matriz afro-brasileira que vai até o século XX é o que ficou conhecido como "A Quebra de Xangô", a destruição de terreiros e perseguição aos afrorreligiosos em Maceió, em 1912.

Lwdmila Pacheco (2015) discute uma série de expressões utilizadas nos jornais que evidenciavam os ataques racistas sofridos pelas casas de Xangô. Falas e expressões racistas associavam o negro, seus saberes e religiosidade à ignorância e selvageria. A autora aponta a incitação da violência pela imprensa, que se respaldava no pretexto de que tudo seria pelo "bem supremo". Os ataques, declara a autora, não se restringiram ao

dia 2 de fevereiro de 1912: os jornais continuaram noticiando e parabenizando a violência contra as casas de culto a Xangô por até 15 anos.

Desse modo, é possível identificar que os discursos no início do século XX demarcavam de forma direta a repulsa por tudo o que era associado a povos e culturas negro/africanos. Com o passar dos anos, os ataques deixaram de afirmar explicitamente a vontade de apagar traços da cultura africana/afro-brasileira. Mas, as marcas do colonialismo ainda se fazem presentes pelos ataques diversos sofridos pelos religiosos de matriz africana/afro-brasileira.

Intolerância Religiosa x Racismo Religioso

Ao discutir sobre discriminação religiosa, é importante que se aponte a divergência existente entre afro-religiosos e integrantes de movimentos negros: ocorre que, enquanto integrantes de movimentos negros defendem que ela é uma face do racismo, alguns afrorreligiosos defendem que a dimensão religiosa sobressai à racial e preferem o uso do termo intolerância religiosa (MIRANDA, 2017, p. 10-11).

Miranda (2017) aponta que o uso desse termo como bandeira de luta sugere uma busca pela formação de unidade através da articulação com diferentes grupos religiosos, já que a intolerância religiosa pode se dirigir a "qualquer um", funcionando assim como uma "estratégia de aglutinação". Essa intenção fica evidente na fala do interlocutor da Comissão de Combate a Intolerância Religiosa (CCIR), Babalawo Ivanir dos Santos, transcrita pela autora, na qual ele afirma que a intolerância une, enquanto a discriminação trata apenas de determinados segmentos.

Alguns afrorreligiosos sustentam seu argumento acerca do predomínio da dimensão religiosa sobre a racial através da afirmação de que, atualmente, o candomblé e outras religiões de matriz afro-brasileira possuem muitos adeptos brancos, deixando assim de ser uma "religião de negros".

A autora aponta que do lado dos que defendem que as manifestações de preconceito direcionado às religiões de matriz afro-brasileira como uma face do racismo, também estão aqueles que, inclusive, enxergam uma insuficiência no termo "intolerância religiosa" para dar conta da violência que atinge àqueles que as sofrem.

Desse modo, alguns ativistas e estudiosos do tema buscam até mesmo defender a utilização do termo "racismo religioso" ao invés de "intolerância religiosa". É o caso de

Emília Guimarães Mota (2018). A autora discute acerca do par tolerância/intolerância, que ascende com a modernidade e faz parte da ideia que separa os grupos modernos daqueles que eram vistos como os "outros", vinculando os primeiros ao polo da cultura e os segundos ao da natureza. De acordo com ela, essa ideia daria o poder ao grupo dominante, que se coloca como o "moderno", para definir o que pode ou não ser tolerado, desqualificando religiões de matriz afro-brasileira. Portanto, para a autora, "intolerância" não é o bastante para explicar tudo o que envolve a perseguição sofrida pelos afrorreligiosos. Por isso, ela defende a necessidade do uso da expressão "racismo religioso", uma vez também que "intolerância religiosa" acaba por "silenciar mais uma vez a complexidade e as imbricações dessas violências com uma estrutura racista" (MOTA, 2018, p. 38).

A autora explica o racismo religioso baseada no conceito do "*dispositivo de racialidade*", de Sueli Carneiro (2005), que, por sua vez, busca inspiração no conceito de Michel Foucault (1979). O dispositivo de racialidade é uma dualidade entre positivo e negativo, na qual o branco é tido como o positivo (desejável) ao passo que o negro é tido como negativo (indesejável), pois um funcionaria em relação ao outro (CARNEIRO, 2005, p. 42). Esse dispositivo se beneficia das representações construídas sobre o negro durante o período colonial responsáveis por justificar as relações de dominação e as ressignifica a partir das teorias racialistas que emergem no século XIX.

Mota desenvolve seu argumento com base na tese de Carneiro, que afirma a importância de pensar o dispositivo de racialidade a partir dos efeitos de poder causados por ele. Isso lhe permite explicar a discriminação que sofrem os grupos religiosos de matriz afro-brasileira. Ela afirma que, se o epistemicídio tem grande papel no desenvolvimento do dispositivo de racialidade, por ele sustentar a morte dos saberes racializados, o ato de deslegitimar as religiões de matriz afro-brasileira faria parte desse processo de epistemicídio. De acordo com Carneiro, o epistemicídio é parte constituidora do dispositivo de racialidade porque é responsável por concretizar as relações de dominação. Para Mota, o dispositivo de racialidade se reflete na discriminação das religiões de matriz afro-brasileira porque "não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes" (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Mota (2018) afirma que, ao se utilizar o termo *intolerância religiosa,* dissimula-se a complexidade dessa discriminação em um país no qual as relações raciais são estruturadas através do dispositivo de racialidade. Ela enxerga isto como um efeito da

construção através desse dispositivo, que consegue omitir o campo da racialidade, mesmo se constituindo por ela. Como exemplo, a autora aponta o paradoxo presente no fato de uma legislação que visa proteger um pluralismo religioso, ao mesmo tempo em que essa legislação encontra obstáculos a seu cumprimento.

Na intenção de apontar como essas violências se expressam como terrorismo, Rufino e Miranda (2019) também tecem sua crítica à noção da *intolerância religiosa.* Os autores demonstram sua preferência pelo uso do termo *racismo religioso*. Seu argumento é de que o termo deixa exposto que a maior parte das violências praticadas contra os povos de terreiro é moldada por relações de dominação que se fundamentam no racismo e na colonização. Ainda assim, os autores também apontam os limites teóricos do termo, já que a palavra *religião/religioso* pode acabar por simplificar cosmologias de diversas culturas. Os autores também discutem a dimensão do ódio, apontando que, ao direcioná-lo à raça, difunde-se uma ideia de que todos os saberes que são identificados como provenientes de povos negros/africanos devem ser sistematicamente exterminados pelo racismo/colonialismo por causar repulsa.

Rufino e Miranda apontam que o colonialismo "migra" de um estado no qual atinge a fisicalidade para um estado em que busca aniquilar outras esferas, "desde a psíquica, a espiritual" (RUFINO, MIRANDA, 2019, p. 231). Desse modo, os autores afirmam que as violações a terreiros obedecem a uma estratégia de aniquilação, afinal esses espaços têm forte atuação no que diz respeito à memória, pois revivem existências sequestradas pelo sistema colonial e as violações investem na humilhação e no esquecimento como estratégias de apagar a memória e a ancestralidade.

Em um país colonizado, no qual o racismo se faz presente em diferentes esferas, é necessário enxergar suas formas de atuação e, desse modo, o racismo religioso aparece como uma dessas formas. A dimensão religiosa é parte fundamental, não procuramos negá-la, já que desde a colonização o cristianismo segue tendo grande influência sobre como o senso comum enxerga o mundo.

Como exposto por Rufino e Miranda (2019), sendo a religião afro-brasileira uma forma de remontagem desses saberes e práticas, faz-se o possível para mantê-la longe do espaço escolar – lembrando que a abordagem da cultura afro-brasileira em geral também encontra obstáculos. Vemos em Araújo (2012), por exemplo, uma preferência em abordá-la em dias específicos – como o Dia da Consciência Negra – ao invés de trazê-la para o currículo escolar de fato. Por isso livros como *Omo-Oba: Histórias de Princesas Africanas* e *Lendas de Exu* encontraram barreiras nas escolas, pois estas obras revivem

em salas de aulas saberes os quais grupos dominantes pretendem silenciar, em prol de impor sua forma de ver o mundo.

Alguns dados sobre o tema religião de matriz africana na literatura infanto-juvenil brasileira

Em 2019, nosso banco de dados contava com 652 títulos registrados e cerca de 200 adquiridos, compondo um acervo de literatura infanto-juvenil com temática afro-brasileira ou protagonistas negros. Entre estes mais de 200 livros adquiridos, 25 livros tratavam do tema da religião.

Na busca por descobrir livros que poderiam trazer o tema religião, parte deles foi classificado como possuidor deste tema por já anunciá-lo pelo nome, sinopse e/ou capa: treze livros. Embora não tenhamos conseguido fazer uma classificação aprofundada desses livros, pois não foram adquiridos, sua classificação foi fundamental para podermos observar quais seriam autores mais prolíficos a tratar sobre religião em suas obras. Desse modo, destacam-se os autores Carolina Cunha, com oito títulos, e Reginaldo Prandi, com quatro.

É importante destacarmos o nome de Reginaldo Prandi[17], pois há muitos anos se dedica a estudar sobre as religiões de matriz africana pelas ciências sociais, possuindo extensa produção acadêmica na área seja sobre a mitologia dos orixás ou cosmologia da religião, seja sobre a questão da intolerância religiosa. Em 2001, lança seu primeiro livro infanto-juvenil *Os Príncipes do Destino* e, em 2002, *Ifá, o adivinho*.[18]

Com relação às editoras, a Pallas é a mais prolífica do tema religião no nosso banco de dados, contando com sete títulos que apresentam o tema. É interessante lembrar que a Pallas, criada há mais de 40 anos por Antônio Carlos Fernandes, começou com a publicação de livros populares sobre magia, simpatia, orações, cantigas religiosas. A partir do final dos anos 80, quando Cristina Warth, filha de Antônio, passa a administrar

[17] Professor de sociologia da USP desde 1976, em 2018 recebeu o título de *Professor Emérito.* Desde 2015 vem coordenando a pesquisa. *Os candomblés de São Paulo 25 anos depois*. Ver em <http://lattes.cnpq.br/2929349604845304>. Acesso em: 26 de março de 2021.

[18]*Ifá, o Adivinho* recebeu indicação ao Prêmio Jabuti e foi premiado pela FNLIJ como *Melhor Livro Reconto*. Xangô, o Trovão, recebeu o *Prêmio White Ravens* pela *Internationale Jugendbibliotek München* além da menção da FNLIJ como *Livro Altamente Recomendado*. Também é autor de *Aimó: uma viagem pelo mundo dos orixás,* e *Oxumarê, O Arco-iris.* Em 2001, o autor recebeu o *Prêmio Érico Vannucci Mendes* do CNPq e Ministério da Cultura pelo trabalho que há anos desempenha em prol da preservação da cultura afro-brasileira.

a empresa junto ao pai começa a publicar, além de títulos acadêmicos, livros escritos por sacerdotes das religiões de matriz africana que traziam saberes adquiridos nos terreiros. Os livros infanto-juvenis da editora surgem com a entrada, em 2002, de Mariana Warth, filha de Cristina. O que vemos é que existe um interesse em trazer o tema da cultura negra e da religião de matriz africana por diferentes ângulos.

Outro dado que nos chama atenção é relacionado à temática que aborda mitologia e contos africanos. A junção desses dois temas no mesmo livro indica a preferência de alguns autores em abordar o tema religioso por meio da mitologia, como é o caso do livro *Omo Oba.* O destaque para esse tema se dá pelo fato de ele estar presente em treze títulos dentre aqueles que apresentam também a religião como tema.

Também se destaca outro tema por nós elencado, relacionado à tradição e ancestralidade. Ao cruzarmos as variáveis, fica visível que este tema também aparece com frequência junto ao tema religião, totalizando onze dos 23 livros que apresentam o tema religião. Este é o caso do livro *Minhas Contas,* de Luiz Antonio, como veremos mais detalhadamente abaixo.

Analisando os livros escolhidos

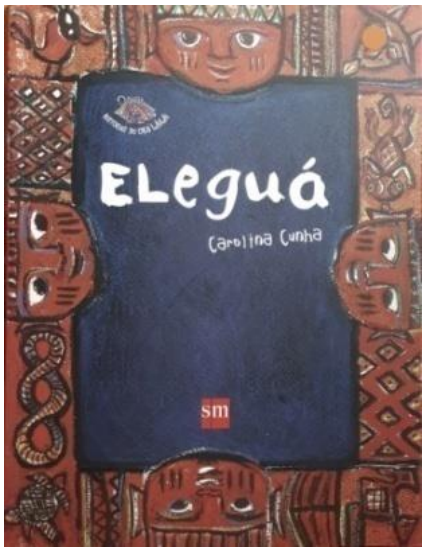
Alguns livros presentes no banco de dados foram classificados com o tema religião porque, embora não citassem diretamente religiões de matriz africana/afro-brasileira, apresentavam contos sobre o mito da criação ou sobre os orixás. Essa classificação se faz necessária porque, embora estes livros não citem o nome das religiões ou façam representações de seus ritos, trazem elementos destas, como, por exemplo, suas divindades. Assim, são facilmente associados à temática. Ou seja, são livros possíveis de serem alvos de censura pelo racismo religioso.

O nosso objetivo em escolher determinados livros e analisá-los é apontar essa variedade de representações que trazem elementos das religiões de matriz africana/afro-brasileira para o cotidiano, de forma a contribuir para uma desestigmatização dessas religiões. Foram escolhidos cinco a serem analisados: 1. *Eleguá,* de Carolina Cunha (SM, 2007); *2. Minhas Contas,* de Luiz Antonio (Cosac Naify,2008); 3. *Modupé, meu amigo*, de Stefania Capone e Leonardo Carneiro (Pallas, 2015); e, por fim, 4. *Omo-Oba: Histórias de Princesas,* de Kiusam de Oliveira (Mazza, 2009).

Escolhemos especificamente essas obras pelas distintas formas com que elas representam as religiões de matriz afro-brasileira. Desse modo, podemos dizer que cada livro foi escolhido por um motivo em particular, que o destaca dentre outros livros do mesmo conjunto.

Eleguá, de Carolina Cunha (autora e ilustradora)

Figura I – Capa do livro



Eleguá[19] é uma das oito obras de Carolina Cunha registradas com o tema Religião, presentes no banco de dados da pesquisa. Sendo a autora mais prolífica dos livros que retratam o tema em questão, consideramos que seria importante que uma de suas obras fosse analisada. O livro parece ocupar um meio caminho entre a literatura infantil e a juvenil. É bastante colorido, com ilustrações feitas pela própria autora.

Trata-se de uma lenda – *ìtan* – de Eleguá, orixá do culto de Ifá. De acordo com o próprio livro, que além de apresentar notas de rodapé com significados de palavras traz também em seu final alguns textos explicativos sobre elementos da religião que aparecem ao longo da história, ele possui outros nomes, dentre eles Exu-Bará – visão que não é unânime entre adeptos de religiões de matriz afro-brasileira, pois alguns afirmam serem divindades diferentes. Logo, faz-se interessante a análise, visto que o livro aponta para uma visão de um culto de matriz africana diferente da umbanda e do candomblé, os cultos

[19] É o primeiro da coleção da autora baiana, não negra, Carolina Cunha, intitulada Histórias do OkúLáilái – Histórias do tempo antigo -, que é composta por livros como *Eleguá*, *Yemanjá*– lançados em 2007 - *Ogum IgboIgbo* e *Awani* – lançados em 2014. Além dos mencionados acima, também estão no nosso banco de dados *ABC afro-brasileiro* (Edições SM, 2009); *Aguemom* (Martins Fontes, 2002); *Caminhos de Exu* (Edições SM, 2005); *Mestre Gato e Comadre Onça* (Edições SM, 2008).

mais conhecidos, especialmente no sudeste. Seu tema é anunciado pelo nome e pela capa para aqueles que conhecem o assunto em questão. Traz cantigas religiosas de matriz africana nas primeiras e últimas páginas, acompanhadas de suas respectivas traduções.

Neste *ìtan*, conta-se o porquê de o orixá ser o primeiro a ser alimentado. Um ponto a se destacar é que esta obra apresenta um narrador primordial - conta fatos que presenciou ou foram contados a ele (COELHO, 2000, p. 67). Coelho também se refere a este tipo de narrador como *contador de histórias*, e é justamente a posição de contadora de histórias que Carolina Cunha assume nesta obra. Logo nas primeiras páginas há um trecho em primeira pessoa, anunciando que irá contar uma "história fantástica". A partir daí, a história começa em terceira pessoa, com um foco narrativo memorialista, ou seja, com um narrador que se mantém externo aos fatos contados por ele (idem, p.69). Ao longo da obra, ritos do culto de Ifá são retratados e justificados através do *ìtan* de Eleguá. Podemos concluir também que essa obra trabalha um personagem-individualidade, ou seja, não há antagonistas (COELHO, 2000), a divisão entre bem/mal presente em obras com a categoria de personagem-caráter não aparece nesta obra, que apresenta personagens ambíguas. Essa ambiguidade, aliás, é bastante comum em *ìtans*.

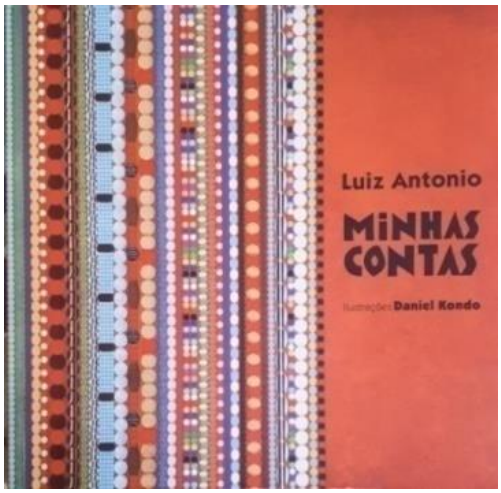
Por vezes, as ilustrações trazem uma textura de giz de cera, em outros momentos apresenta uma textura aquarelada – aparentemente uma técnica com guache diluída em água – que também se alterna com pinceladas mais densas, confere um quê de arte tradicional. Ao mesmo tempo em que não há uma busca por realismo, as imagens são ricas em informações. Desse modo, a autora brinca com texturas de diversas técnicas. Em momentos do livro, o texto se encontra inserido na ilustração, dando a impressão de que o texto e imagem são um só.

Figura II – Ilustração

Desse modo, a representação religiosa se dá através da mitologia. No entanto, ritos de religiões de matriz africana são representados na história. Um ponto que se destaca é o fato de o protagonista ser uma criança, o que contribui para a aproximação com o público leitor, por poder se ver em *Eleguá*.

Minhas Contas – Luiz Antonio, Ilustrações de Daniel Kondo

Figura III– Capa do Livro



"Minhas contas" de Luiz Antonio, foi escolhido por apresentar a religião de matriz africana enquanto parte da cultura afro-brasileira e pelo trabalho conjunto entre

ilustrador e escritor, já que fica evidente ao longo da história como as ilustrações e o texto complementam uns aos outros[20].

O conto possui ilustrações em todas as suas páginas, sendo elas essenciais para a mensagem do título, além de apresentar um texto reduzido, como um livro infantil que é. Conta a história de dois amigos cuja amizade é interrompida por conta do preconceito da mãe de um deles, que proíbe a amizade entre seu filho e o protagonista do livro, pois este utiliza um fio de contas[21]. Em sua capa vemos uma representação de fios de contas que ocupa boa parte dela, porém, não consideramos uma representação tão explícita, levando em conta um público leigo.

A história é contada em primeira pessoa por um narrador intimista, que faz parte da história, e é o protagonista (COELHO, 2000). É interessante notar que a simplicidade da linguagem e a escolha de algumas frases, como, por exemplo, "levei a maior bronca" além de facilitar a compreensão do público ao qual se direciona, busca dar vida ao protagonista/narrador da trama. Além disto, o livro possui cores fortes, com destaque para tons de laranja e vermelho, alternando páginas nestes tons com outras em tons mais escuros, como preto, verde e azul escuros, com exceção de duas páginas que possuem a predominância da cor branca. Suas ilustrações, feitas por Daniel Kondo, por vezes se assemelham a desenhos de uma criança. Percebe-se que houve uma intenção de apresentar uma história como se fosse contada por uma criança, e isso se mostra na linguagem e nas ilustrações do livro.

O primeiro ponto que se destaca neste livro é a interface ilustração x texto. Ao sofrer preconceito por parte da mãe de seu amigo, o protagonista dedica algumas páginas a mostrar como se sentia sobre aquela situação. Nestas páginas essas emoções são representadas através de correlações com elementos referentes aos orixás, nas quais também encontramos uma ilustração que reafirma essas referências.

[20] Luiz Antonio, não negro, é candomblecista e tem *Minhas contas* como seu primeiro livro infantil. Na própria obra, é afirmado seu interesse desde pequeno pelos orixás. Quanto ao ilustrador não negro Daniel Kondo, diz-se que nasceu em 1971 no Rio Grande do Sul. Além de, até então, ter ilustrado para a editora Cosac Naify outros dois livros.

[21] Colar feito de contas (missangas) cuja cor varia de acordo com os orixás de quem se é filho e elaborado de acordo com o tempo de santo de seu possuidor.

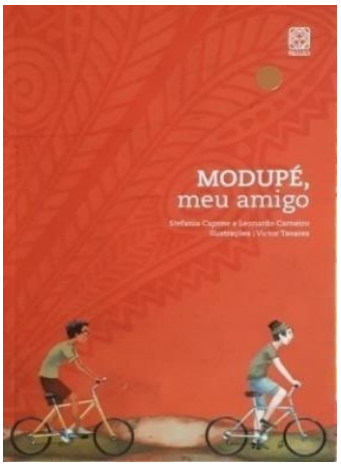
Figura IV – Ilustração “Gritei como um trovão”

Os diálogos da história trazem uma mensagem de respeito mútuo entre pessoas que creem de formas diferentes – e aquelas que não creem também. A religião Candomblé é citada diretamente e o livro não a dissocia da cultura negra, quando busca apontar que “antigamente a cultura negra era perseguida e dava cadeia”, o “samba, capoeira e candomblé” são citados juntos. Desse modo, também aparece a ancestralidade, já que a importância do candomblé para os antepassados também é posta em evidência, tal como a discriminação sofrida pelo afrorreligioso.

Mais uma vez, identificamos um personagem-individualidade, visto que não existe uma oposição bem-mal. Entendemos que não houve intenção do autor da história em classificar a mãe de Pedro enquanto uma vilã, apesar de ela não pedir desculpas no final. Seu gesto de agradecimento, porém, é mostrado como um possível sinal de que ela aprendeu algo sobre o que havia feito, por deixar seu filho voltar a brincar com o protagonista. Por fim, o livro traz em suas últimas páginas ilustrações dos orixás, com seus nomes e breves explicações sobre eles.

Modupé, meu amigo, de Stefania Capone e Leonardo Carneiro, Ilustrações de Victor Tavares

Figura V – Capa do Livro



Escolhemos este título de autoria de Stefania Capone[22] e Leandro Carneiro[23]a ser analisado por sua forma extremamente didática de desmitificar religiões de matriz africana. Suas páginas são dedicadas a trazer explicações sobre a religiosidade afro-brasileira através de um enredo no qual as personagens são levados a questionar e fazer pesquisas, resultando em diálogos que trazem conhecimentos sobre o tema de maneira a desestigmatizá-lo. As ilustrações são de Victor Tavares[24].

A capa do livro traz dois adolescentes e já anuncia ser uma literatura afro-brasileira pela escolha da palavra "modupé", que, como traduzida pelo próprio livro, significa "obrigado" em iorubá. Ao longo do livro, outros personagens – a maior parte deles negros – surgem. A palavra "modupé" não entrega o tema religioso ao senso comum de antemão, mas se desenrola com o decorrer da narrativa. A obra, de 39 páginas, foi por nós considerado como um livro juvenil pelo fato de que, apesar de apresentar muitas ilustrações, apresenta mais textos que imagens em um número maior de páginas. Trazendo novamente Coelho (2000), vamos que o tipo de narrador presente no livro é onisciente, tem um foco narrativo de consciência parcial, ou seja, um narrador que fala

[22] Stefania Capone, não negra, é uma antropóloga ítalo-francesa especialista em religiões de matriz africana desde os anos 1980, várias publicações. Pela editora do livro *Modupé, meu amigo* a escritora também lançou os livros *Os Iorubás do Novo Mundo* e *A busca da África no Candomblé*.

[23] Leandro Carneiro, não negro, é professor da graduação e pós-graduação de Geografia pela UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora. Também é adepto do candomblé e tem trabalhos acadêmicos sobre as religiões de matriz afro-brasileira, coordenando projetos de pesquisa e extensão em terreiros e quilombos.

[24]Também não negro, o desenhista Victor trabalha há 29 anos na área, possuindo diversos prêmios, o mais recente sendo o primeiro lugar em pintura em um concurso do Jornal O Globo, 2001. Ver em <http://www.victortavares.com.br/#about_me>

em terceira pessoa, alguém que não faz parte da história, mas a conta a partir do olhar de um personagem, Anderson. Neste livro, Victor Tavares adiciona um certo realismo aos desenhos. Não há o apelo por cores mais vibrantes, como no caso de *Minhas Contas*, dando preferência a tons neutros. Tal escolha faz sentido, se considerarmos o público ao qual se direciona.

Figura VI – Ilustração

Modupé, meu amigo conta a história de Anderson e Fabinho, dois amigos que vão passar um final de semana na casa de uma tia do primeiro, que mora próximo a uma praia. Durante a viagem, Anderson tem seu primeiro contato com uma festa religiosa de matriz afro-brasileira, o que lhe desperta grande curiosidade. Isso faz com que Anderson pergunte a Fabinho sobre aquela festividade, o que resulta em mais perguntas e pesquisas de Anderson sobre o assunto.

A representação da religiosidade afro-brasileira neste livro se dá por um viés mais próximo ao didático. Isso porque são trazidas diversas explicações sobre ritos, festividades e orixás, que acontecem através das explicações de Fabinho e das pesquisas de Anderson na internet, interessado em conhecer mais sobre a religião de seu amigo. O livro traz brevemente a história sobre a origem do candomblé, com explicações sobre a religião e um breve apontamento sobre o samba se originar dos terreiros. Ao longo da história, Fabinho conta a Anderson histórias sobre os orixás enquanto passeiam pela cidade. É possível afirmar, a partir do arcabouço teórico de Coelho (2000), que o livro utiliza a categoria de personagem-individualidade, pois não há oposição entre bem e mal.

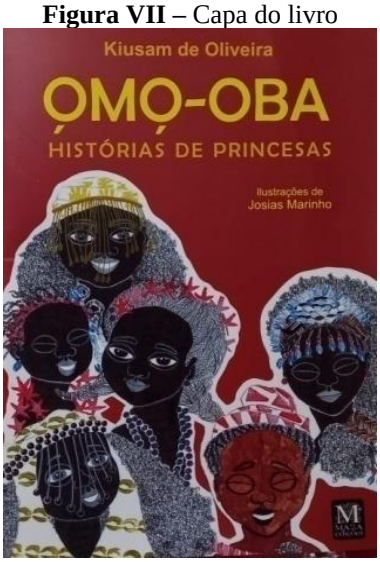
Neste livro, ocorrem dois momentos nos quais o racismo religioso é retratado. O primeiro aparece no desdenho da avó de Anderson por seus estudos sobre o candomblé e, posteriormente, pelo desdenho de um colega de classe dos protagonistas ao ver religiões de matriz africana aparecerem em uma apresentação. Nos dois casos, o livro procura desconstruir esse pensamento apontando a história de perseguição às religiões de matriz africana e enfatizando a importância da cultura afro-brasileira, além de um discurso que defende a diversidade religiosa.

Outro ponto a se destacar do livro é seu caráter multiétnico – representado pela temática *multietnicidade* da nossa pesquisa -, já que o tempo todo personagens negros e brancos interagem entre si e se relacionam. O livro aborda o encontro de uma pessoa branca com a religião de matriz africana, e acaba por dar mais destaque a esta, que ao final também é quem toma a palavra contra o preconceito proferido contra a fé afrorreligiosa por seus colegas de classe. Além disso, o livro também mostra Anderson pensativo sobre a discrição de seu amigo sobre a própria religião após aprender pela internet sobre a história de perseguição sofrida por religiosos de matriz africana, e Fabinho o explicando que não conversa sobre o assunto por causa da discriminação.

Partindo da ideia de que o foco de narrador demiurgo com consciência parcial do qual, explica Coelho (2000), parte apenas do olhar e do entender de um personagem, toda a narrativa se estrutura a partir dos encontros de Anderson. Consideramos que, apesar de Fabinho aparecer diversas vezes, este livro acaba por protagonizar o primeiro, pois toda a história parte de suas dúvidas, retratando ainda suas descobertas e terminando com um ato de resolução de um conflito que parte dele. A Fabinho é relegado pelo narrador o papel de amigo do protagonista, que lhe ensina coisas novas. Por fim, esse título conta com um glossário com palavras que possivelmente não seriam entendidas logo de início durante a leitura do livro.

***Omo-Oba: Histórias de Princesas,* de Kiusam de Oliveira, com ilustrações de Josias Marinho**

Figura VII – Capa do livro



Omo-Oba, Histórias de Princesas é o livro do caso com o qual abrimos este trabalho, e agora analisamos a obra, devido a sua abordagem das religiões de matriz africana se dar através de diferentes *ìtans* das Yabás – orixás femininas -, ou seja, combinando duas temáticas diferentes do nosso banco de dados - religião e mitologia. O livro foi lançado em 2009, pela Editora Mazza, escrito por Kiusam de Oliveira[25] e ilustrado por Josias Marinho[26], ambos negros.

Omo Oba é um livro de contos de 40 páginas, combinando ilustrações e texto. Sendo assim, consideramos um livro infantil, pois são contos pequenos que trazem muitas ilustrações. Identificamos, a partir de Coelho (2000), que cada um dos contos neste livro possui um narrador primordial/contador de histórias com foco narrativo memorialista. Seus personagens são individualidade: ambíguos, não existem referências de bem x mal nestes contos. Esta é uma das obras referidas acima que, por trazerem a mitologia das divindades de religiões de matriz africana, são classificados por nós dentro do tema "religião". A obra foi indicada pelo PNBE em 2011.

Na obra de Kiusam de Oliveira, as Yabás assumem o papel de pequenas princesas, de quem são contados *ìtans*. Embora, por vezes, cada personagem se refira a si mesmo como homem/mulher – caracterizando idade adulta -, em cada história, logo em seu

[25] Kiusam de Oliveira é professora da UFES, onde leciona Educação das Relações Étnico-raciais. É também autora do livro *O Mundo no Black Power de Tayó*, publicado em 2013 pela editora Peirópolis, que aparece entre os dez livros sobre direitos humanos mais importantes do mundo no ranking da ONU. Com *Omo-Oba, Histórias de Princesas*, conquistou lugar na listagem de livros recomendados pela FNLIJ, além da seleção pelo PNBE. Ver em < https://mskiusam.com/bio/ >.

[26]Josias Marinho é membro da AMARTE – Associação Mineira de Arte/Educadores –, e da ABIPRO – Associação Brasileira de Ilustradores Profissionais.

início, há uma frase que começa com “desde criança”. Assim, a narradora se refere às protagonistas de cada história como “menina”, “princesinha”, “princesa menina”. O uso do diminutivo se dá também com relação a outros personagens que aparecem na história, como é o caso do orixá Ogum, que aparece como “amiguinho” de Oxum. Logo, o livro os apresenta como crianças.

Os *ìtans* das Yabás contados ao longo das páginas abordam temas diferentes e deixam em evidência a personalidade de cada uma delas, mostrando que há diversas formas de ser uma princesa. O primeiro deles conta a história de Oiá, uma princesa que podia se transformar em búfalo. Neste conto, além de sua beleza e graça, sua genialidade, força e determinação também são exaltadas. No segundo conto, temos a história de como Oxum traz seu amigo de volta pela doçura. Ela é reconhecida pela sua beleza, vaidade, doçura, atrevimento, genialidade e determinação. No terceiro, acompanhamos Iemanjá em um mito da criação. Nele é destacado seu poder de criar e a maternidade. No quarto, a princesinha Olocum reinava no fundo do oceano e era muito bonita, porém, não gostava de se enfeitar, e então é enfatizada sua timidez e introspecção. No quinto, vemos a história de Ajê Xalugá, irmã mais nova de Iemanjá, que gostava muito de brincar de cavalgar nas ondas do mar com seu brilho intenso disfarçada de espuma. A princesa deste conto é reconhecida por seu orgulho, vaidade, coragem e determinação. A última história conta como o céu e a terra se partiram. Desta vez, a determinação de Oduduá é enfatizada.

As ilustrações de Josias Marinho completam essa representação através da caracterização dos personagens. É um livro colorido, com tons que se relacionam às histórias de cada uma das protagonistas. As ilustrações aparecem como colagens, nas quais há um fundo de cor, no qual são colados desenhos diversos. Por vezes elas ocupam pedaços do texto, possuindo como ponto em comum, como *Eleguá* de Carolina Cunha, a sensação de que texto e imagem são uma coisa só. O tipo de pintura deles também chama atenção, pois aparenta ser feita em caneta, contribuindo para um conceito de algo que foi “feito à mão”.

Figura VIII – Ilustração de Oxum e Ogum

Além das Yabás, Ogum e Obatalá aparecem durante as histórias, além de uma menção a Xangô. Os dois primeiros têm participação expressiva nas histórias nas quais aparecem e são representados como crianças, afinal são "amiguinhos" das Yabás. Essa representação dos orixás como crianças se destaca, pois cria aproximação entre o leitor e os personagens representados na história. No caso das Yabás, une-se à imagem de princesas – que são personagens frequentemente retratadas em histórias infantis, especialmente contos de fadas - a sua representação como crianças, o que possibilita que meninas negras possam se ver nas princesas retratadas na história. Neste livro é dada atenção às diferentes personalidades que uma princesa pode ter: vaidosas, guerreiras, questionadoras, introspectivas, entre outras. Desse modo, permite que crianças se sintam representadas por elas também.

Considerações finais

A promulgação da lei 10.639/03 teve um grande impacto sobre a produção dos livros infanto-juvenis afro-brasileiros, especialmente pelo fato de o governo ser um grande comprador, assim como também impactou uma série de discussões sobre as formas de aplicá-la e seus resultados. A aplicação da lei ainda enfrenta vários entraves, visto que há resistência por parte de educadores, diretores e pais em adotar essas discussões em sala de aula, principalmente nos casos nos quais são abordadas as religiões de matriz africana.

Conflitos acontecem quando esses livros são utilizados como material didático, visto que ainda existe um olhar discriminatório sobre as religiões de matriz africana, fruto

do racismo estrutural. Esses conflitos evidenciam a importância da lei 10.639/03, explicitando o preconceito. Desse modo, o discurso dominante opera por diferentes meios na tentativa de neutralizar as vozes que contrariam os valores veiculados para manter as relações de poder.

Nesse sentido, espera-se da escola que ela funcione como um espaço no qual se possa por em prática a inclusão, na qual, ao contrário de ignorar ou discriminar as diferenças existentes entre culturas e saberes, estas sejam exaltadas e se incentive o respeito mútuo (GOMES, 2012). Como afirmado, não basta que a escola não discrimine, ela precisa ensinar a não discriminar.

As obras aqui analisadas percorrem caminhos diferentes no que diz respeito à forma de representar as religiões de matriz africana, mas, em geral, cada uma delas encontra seu modo de fazer alguma aproximação entre o leitor e a história a ser contada, de maneira a desconstruir uma imagem estereotipada com a qual são vistas as religiões de matriz afro-brasileira.

Nas obras que evidenciam o conflito e buscam retratar o racismo religioso, percebemos que apontam a religião de matriz africana como parte da cultura afro-brasileira, contrariando o pensamento que dissocia as duas. Nesses casos são citadas ao lado de outras manifestações culturais afro-brasileiras, como a capoeira, o jongo ou até mesmo palavras do cotidiano. As obras *Minhas Contas* e *Modupé, meu amigo* trazem um discurso que parte do princípio de que há um só Deus, buscando apaziguar, de certo modo, as diferenças religiosas, dando entender que todas elas se referem ao mesmo Deus embora de formas diferentes.

Um ponto em comum entre os livros analisados é o fato de adotarem personagens-individualidade (COELHO, 2000). No caso dos *ìtans*, é bastante comum, e faz sentido quando pensamos no fato de que a concepção de bem e mal é proveniente de uma lógica cristã. Também percebemos, ao analisar os livros *Modupé, Meu Amigo* e *Minhas Contas*, que os dois buscam ensinar a não discriminar; trabalhando com ensinamentos sobre respeito ao próximo a possibilidade de mudança de atitude nas pessoas que discriminaram.

Aqui, analisamos livros que partem da didática, analogias, do lúdico, dos mitos – *ìtans* – e da abordagem de situações de preconceito. Há uma aproximação com a ancestralidade, que se mostra em diálogos que buscam contar brevemente sobre os antepassados que trouxeram essas religiões, sempre há um aprender com a família. Também notamos que existe um esforço em trazer conhecimentos sobre o que se foi dito

nas obras, dado que em três dos livros analisados existem glossários com significados de palavras ou explicações mais aprofundadas sobre o que foi contado durante as histórias. O que se percebe é que existe uma preocupação em fazer conhecer e, assim, desconstruir estigmas que pressionam as religiões de matriz africana há tanto tempo.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Débora Cristina. **"**Ideologia e racismo: Análise de discurso sobre a recepção de leituras de obras infanto-juvenis". *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, vol. 3, n. 7, p. 85-100, 2012.

BAKKE, Rachel Rua Baptista. "Do terreiro para a escola". In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 2008. CD Virtual da 26 RBA, 2008. vol.1.

BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CARNEIRO, Sueli. *A Construção do Outro como não-ser como fundante do ser*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. "Racismo e discriminação". *Cadernos de Pesquisa*, n.4, 1996.
COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil: teoria, análise e didática*. São Paulo: Moderna, 2000.

DEBUS, Eliane. *A Temática Da Cultura Africana E Afro-Brasileira Na Literatura Para Crianças E Jovens*. São Paulo: Cortez, 2017.

GOMES, Nilma Lino. "Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos". *Currículo sem fronteiras*, vol. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GROSFOGUEL, Ramón. "A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI". *Sociedade e Estado*, vol. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; LIMA, Márcia; NERIS, Natália. "Racismo e Insulto Racial Na Sociedade Brasileira: dinâmicas de reconhecimento e invisibilização a partir do direito". *Novos estudos CEBRAP*, vol. 35, n. 3, p. 11-28, 2016.

MARQUES, Maria Cristina**.** *Lendas de Exu sob os holofotes da educação*. Orientador: Sérgio Luiz de Souza Costa, v. 180. CEFET, RJ. Rio de Janeiro, 2014.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de et al. "Intolerância Religiosa: a construção de um problema público". *Revista Intolerância Religiosa*. Rio de Janeiro, Koinonia, 2017.

MIRANDA, Ana Paula Mendes. "Intolerância religiosa e discriminação racial: duas faces de um mesmo problema público?" In: LIMA, Antônio Carlos de Souza et al. *A antropologia e a esfera pública no Brasil*, p. 329. Rio de Janeiro, 2018.

MIRANDA, Ana Paula Mendes. "'Motivo presumido: sentimento': Identidade religiosa e estigmatização escolar no Rio de Janeiro". *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, p. 139-164, 2015.

MOTA, Emília Guimarães. "Diálogos sobre religiões de matrizes africanas: Racismo Religioso e História". *Calundu*, vol. 2, n. 1, p. 23, 2018.
PACHECO, Lwdmila Constant. "Racismo e Intolerância Religiosa: Representações do Xangô nos jornais de Maceió entre 1905 e 1940". *Sankofa*, vol. 8, n. 15, p. 80-109, 2015.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. "Literatura negra infanto-juvenil: discursos afro-brasileiros em construção". *Revista de Estudos Interdisciplinares*, vol. 18, n. 2, 2016.

RUFINO, Luiz e MIRANDA, Marina Santos. "Racismo religioso: política, terrorismo e trauma colonial. Outras leituras sobre o problema". *Filosofia Africana: Pertencimento, Resistência e Educação – Edição Especial/ Políticas De Resistência: Epistemicídio e Genocídio*. Vol. 10, n. 2 p. 229-242. Paraíba, 2019.

SERRA, Ordep. "A tenacidade do racismo". *Rev. Tempo e presença*, p. 1-27, 2011.

SILVA, Mariana Lins de Carli. "Curandeirismo: o bem jurídico saúde pública a serviço de uma política criminal racista". *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 152, n. 2019, p. 145-171, 2019.

Obras analisadas

ANTONIO, Luiz. *Minhas Contas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CAPONE, Stefania; CARNEIRO, Leonardo. *Modupé, meu amigo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

CUNHA, Carolina. *Eleguá*. São Paulo: Edições SM, 2007.

OLIVEIRA, Kiusam. *Omo-Obá: Histórias de Princesas*. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

Recebido em: 20/07/2021
Aprovado em: 24/11/2021